

SINTAP/AÇORES EQUACIONA FORMAS DE LUTA NA DEFESA DOS TRABALHADORES DAS IPSS/MISERICÓRDIAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DOS AÇORES

Face à actual situação de atraso e impasse no pagamento das diuturnidades/progressões vencidas de muitos trabalhadores das IPSS/Misericórdias, devida ao facto da Secretaria Regional do Trabalho e da Solidariedade Social não estar a cumprir com os seus compromissos financeiros assumidos no âmbito dos acordos de cooperação financeira celebrados com aquelas instituições, situação da qual se deu devida nota em audiência havida com o Presidente do Governo Regional dos Açores, o SINTAP/Açores torna público o seguinte:

1. O seu pedido de intervenção correctiva imediata dirigido ao Presidente do Governo no sentido de mandar a Segurança Social cumprir com a lei e o CCT em vigor no que toca ao abastecimento financeiro das IPSS/Misericórdias, que lhes permita pagar as diuturnidades e progressões vencidas em atraso dos respectivos trabalhadores.

2. Que, face à ilegalidade do não pagamento das referidas diuturnidades/progressões, o Sintap/Açores já avançou e continuará a avançar nos próximos tempos com uma série de pedidos de intervenção da Inspeção Regional do Trabalho com vista à instauração imediata dos consequentes processos contra-ordenacionais tendentes ao pagamento dos créditos devidos a estes trabalhadores, exigindo-se aqui rápida e pronta resposta.

3. Que irá solicitar a todos os trabalhadores prejudicados com a actual situação de impasse, independentemente de serem ou não nossos associados, que entrem em contacto com os nossos serviços e delegados sindicais, com vista à adopção de um conjunto de formas de luta tendentes à defesa dos seus direitos consagrados na lei e no CCT do sector, que podem passar pela realização de vigílias, manifestações e, em último caso, greve.

Face às medidas anunciadas pelo Primeiro-ministro relativas aos trabalhadores da Administração Pública, o SINTAP torna ainda público o seguinte:

1. Que está clara e inequivocamente contra o aumento do horário de trabalho e os despedimentos na Administração.

2. Que procurará fazer tudo o que tiver ao seu alcance para que, durante o calendário de reuniões semanais tendente à discussão e negociação destas medidas, o Governo reveja e recue na gravidade das propostas de lei apresentadas.

3. Que, esgotados os nossos argumentos e meios de persuasão negocial em sede de diálogo e concertação social, o Sintap está aberto a quaisquer formas de luta tendentes à defesa dos legítimos direitos dos trabalhadores da Administração Pública, não se excluindo unidade na acção com todos os sindicatos e trabalhadores.

Açores, 10 de Maio de 2013

